

**Associação Nacional de História – ANPUH**  
**XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Narrativa como método: estrutura, ação e evento na análise da mudança social**

Karl Monsma<sup>1</sup>

**RESUMO**

Com a re-emergência da sociologia histórica nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo nos EUA, houve certa preocupação em legitimar esta subárea frente às abordagens positivistas predominantes, mostrando que a comparação de trajetórias históricas permite a análise causal controlada, parecida, na sua lógica, com a análise estatística multivariada. Entretanto, com a institucionalização da sociologia histórica, aumentou-se o diálogo com a História, onde havia muita discussão em torno da “volta da narrativa”. Hoje a sociologia histórica focaliza sobretudo processos, seqüências e temporalidades. Parte importante das discussões metodológicas diz respeito ao uso da narrativa para o estudo de processos históricos. Este paper, baseada principalmente no trabalho de William H. Sewell Jr., discute o papel da ação humana nas estruturas e nos eventos, e como esses conceitos podem ser usados para a análise narrativa de processos de mudança social. Também discute como a consciência da “instabilidade” das narrativas, ou a possibilidade de contar histórias distintas a partir do mesmo conjunto de fontes, pode estimular a produção de novas histórias.

**Palavras chaves:** narrativa, métodos, teoria social, sociologia histórica

**ABSTRACT**

With the reemergence of historical sociology in the 1970's and 1980's, especially in the USA, there was a certain concern with legitimating this subarea with regard to the predominant positivist approaches, showing that comparing historical trajectories permits controlled causal analysis similar in logic to multivariate statistical analysis. With the institutionalization of historical sociology, however, dialogue with history increased, at a time when there was much discussion among historians regarding the “return of narrative.” Today historical sociology focuses principally on processes, sequences and temporalities. An important methodological discussion concerns the use of narrative for the study of historical processes. This paper, based primarily on the work of William H. Sewell Jr., discusses the role of human action in structures and events, and how these concepts can be used in the narrative analysis of processes of social change. It also discusses how consciousness of the “instability” of narratives, or the possibility of using the same set of sources to tell different stories, can stimulate the production of new histories.

**Key words:** narrative, methods, social theory, historical sociology

A nova sociologia histórica que emergiu nos EUA nos anos 1960 e 1970, associado com nomes como Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Theda Skocpol e Immanuel Wallerstein, evidenciou uma forte preocupação em se legitimar frente às abordagens positivistas, sobretudo o “paradigma do survey”, que predominavam na sociologia norte-americana. Autores como Theda Skocpol (1985) enfatizavam que a “sociologia comparativa e histórica” era uma maneira de fazer a análise causal parecida com a análise estatística multivariada. Com comparações cuidadosas de trajetórias históricas, o pesquisador podia

---

<sup>1</sup> PPG-História, UNISINOS

eliminar hipóteses alternativas e identificar as causas “necessárias e suficientes” do fenômeno investigado. Na mesma época, Norbert Elias inspirou uma nova sociologia histórica na Grã-Bretanha que era menos preocupada com questões metodológicas, porque enfrentou menos resistência dos positivistas.

Com a conquista de um lugar relativamente seguro no mundo acadêmico, a preocupação em se justificar enquanto “ciência” diminuiu. O diálogo com a História aumentou nos anos 80 e 90, justamente quando a história cultural estava substituindo a história social e havia debates na História sobre a “volta da narrativa”. Nessa época havia uma tendência para a palavra “comparativa” sumir da denominação dessa tendência intelectual, deixando somente “sociologia histórica”. Essa “nova nova” sociologia histórica enfatiza o tempo, as temporalidades e os processos de mudança social de maneira central. Como na História, o diálogo com a Antropologia se intensificou, levando a um amplo leque de novos objetos de pesquisa. O que unifica os diversos sociólogos que se auto-denominam históricos hoje é certa postura metodológica que valoriza a pesquisa histórica, enfatiza a temporalidade e salienta a complexidade, com uma tendência de ver as estruturas sociais como resultados de combinações contingentes de processos e eventos.

Nos debates metodológicos, as comparações com a análise multivariada foram substituídas por discussões de fenômenos como o *path dependency* (dependência de trajetórias), que já foi identificado nos escritos de Weber e é central no trabalho de Barrington Moore. Este autor (1983) identificou como variações na comercialização da agricultura influenciavam trajetórias nacionais subsequentes, aduzindo, por exemplo os argumentos que a eliminação de boa parte do campesinato inglês pelos *enclosures* (cercamentos) eliminou a possibilidade de uma revolução camponesa naquele país, e que a modernização da Alemanha sem a eliminação do poder dos latifundiários (os *Junkers*) impossibilitou a democracia naquele país no final do século XIX e início do XX. Outro tópico de discussão eram as conseqüências de diferenças nas seqüências, ou a ordem em que as coisas acontecem. Guillermo O’Donnell e outros, por exemplo, chamaram a atenção para o fato de que a ordem clássica da emergência dos direitos de cidadania descrita por Marshall (1967) para o caso da Inglaterra – primeiro direitos civis, depois direitos políticos, e finalmente direitos sociais – foi invertida em várias partes da América Latina, onde os direitos civis ainda não estão garantidos, assim definindo um novo objeto de estudo. Em nível micro, Andrew Abbott (1989) estuda as seqüências nas carreiras profissionais do passado.

### NARRATIVA COMO MÉTODO

Mas a principal novidade do período era a ênfase no papel da narrativa na análise e no escrito da sociologia histórica. Havia a crítica das “grandes narrativas” - de progresso, do triunfo do Oeste, de racionalização - embutidos na sociologia clássica (e muita sociologia mais recente), que atribuem sentido e direção à história. Boa parte do problema aqui se deve ao olhar retrospectivo muitas vezes adotado pelos pesquisadores que tentam explicar as origens históricas das instituições que existem hoje. A reconstituição retrospectiva produz uma tendência de tratar os eventos passados como antecedentes que levam, de maneira teleológica, à estrutura ou instituição de hoje; outras possibilidades, que realmente eram possíveis em algum momento do passado, são desconsideradas. Isso leva a uma visão determinista da mudança social e dos processos históricos em geral, com uma tendência de subestimar o papel da contingência na história. Se adotarmos um olhar prospectivo, tentando nos situar no passado e identificar as possibilidades abertas na época, estaremos mais atentos para os momentos cruciais em que a história podia ter sido outra, com importantes conseqüências subseqüentes.

Também havia o reconhecimento de que todo escrito nas ciências humanas, e provavelmente todo escrito nas ciências em geral, emprega a narrativa – a seleção e ordenamento de “personagens”, fatos e eventos, com um encadeamento lógico que leva a algum desfecho. Na análise multivariada, por exemplo, o pesquisador pode demonstrar a existência de uma associação entre certas variáveis (com grau de certeza especificada por cálculos estatísticos), mas a interpretação desses resultados necessariamente envolve a elaboração de histórias sobre como uma coisa leva a outra. Nessas narrativas quantitativas, muitas vezes as variáveis são tratadas como atores, ou personagens.

Outros pesquisadores enfatizam a organização narrativa das identidades. Eric Hobsbawm (1998), por exemplo, critica duramente o uso da narrativa histórica como fundamento do nacionalismo e justificativa para práticas como a “limpeza étnica”. Em nível individual, a busca pela identidade reforça o que Bourdieu (2002) chama de “a ilusão biográfica”, a tendência de tratar as vidas humanas como trajetórias unitárias e coerentes. As pessoas modelam uma identidade mais ou menos coerente das discontinuidades da vida com a narrativa autobiográfica, selecionando eventos retrospectivamente como importantes e ligando-os em seqüências lógicas.

Encontra-se a narrativa por todas partes porque é uma das maneiras fundamentais que os seres humanos, inclusive cientistas sociais e historiadores, empregam para fazer sentido do mundo e explicar eventos. A narrativa também é um método de análise histórica. Para aqueles

que acreditam que a narrativa é só descrição, a idéia de narrativa como análise não faz sentido, mas a narrativa pode ser usada para avaliar teorias e identificar causas e conseqüências de eventos. As teorias orientam a seleção dos elementos que entram em uma narrativa e a lógica das relações entre eles. Para avaliar teorias distintas, podemos comparar as narrativas que resultam delas. A melhor teoria é a que permite explicar melhor os processos; ou seja, permite a elaboração de uma narrativa mais coerente com os detalhes dos eventos.

Se a análise quantitativa permite a generalização a um grande número de casos sobre as relações entre um número limitado de variáveis, a análise narrativa permite a investigação das relações entre muito mais variáveis em um número limitado de casos. Como podemos identificar a causalidade com a narrativa, já que métodos correlacionais são impossíveis? Estudar os processos, ou micro-mediações entre variáveis, que geralmente envolve a introdução de mais variáveis. Se os processos são coerentes com a teoria, nossa confiança na teoria aumenta.

William Sewell Jr. (1996) nota que é isso que muitos sociólogos históricos já fazem, mesmo quando acham que seu método é outro. Comentando o bem conhecido livro de Theda Skocpol (1985) sobre revoluções sociais, em que ela afirma que comparações de semelhança e diferença entre casos históricos permitem identificar as combinações de variáveis que produzem revoluções, Sewell diz que, se o método de semelhança e diferença (derivado de John Stuart Mill) fosse suficiente, ela não teria de escrever um livro tão grande. Bastaria algumas tabelas para elucidar sua análise. Mas o que faz o livro convincente é justamente a narrativa em que ela consegue usar suas idéias para elucidar os detalhes dos processos históricos.

Com sua ênfase nos detalhes, a narrativa histórica é particularmente eficaz para o estudo da concatenação de processos causais distintos. Muitos dos eventos mais importantes resultam da combinação de distintos processos causais. Por exemplo, para identificar as origens das revoluções que estuda, Skocpol analisa as relações entre processos políticos em três níveis: o sistema internacional de Estados, a política nacional de conflito entre monarquias e aristocracias e a micropolítica das aldeias. Cada nível tem sua própria lógica, mas somente a conjunção de condições específicas em cada nível resultou nas revoluções sociais.

#### **EVENTOS, ESTRUTURAS E AÇÃO HUMANA**

Para produzir narrativas históricas melhores, precisamos de um arcabouço teórico geral para pensar eventos e estruturas e suas relações com a ação humana. Precisamos

combater a tendência para a reificação das estruturas que é tão comum na sociologia desde pelo menos Durkheim, que tratava as estruturas como “coisas” que emergem das relações sociais e tomam uma vida independente. As estruturas são produzidas e reproduzidas pela atividade humana; não são externas, mesmo quando assim aparecem aos atores. A proposta a seguir se baseia principalmente no novo livro de Sewell, *Logics of history* (2005), com o acréscimo de algumas idéias de Bourdieu e Giddens.

Bourdieu (1980, 2000) demonstra que a ação humana se produz mediante a transposição dos esquemas de percepção e ação do *habitus* entre situações análogas – ou homólogas, na terminologia dele. Giddens (1989), partindo da fenomenologia e do interacionismo, mostra que as estruturas sociais são reproduzidas no dia-a-dia mediante a execução das rotinas. Mas – e aqui me baseio mais em Sewell (2005) - as estruturas do mundo social não são totalmente coerentes. Existem múltiplas estruturas com lógicas e temporalidades distintas, mesmo nas sociedades ditas “primitivas”. Isso difere da visão mono-estrutural comum na antropologia. Por exemplo, os trabalhos da fase mais estruturalista de Bourdieu não me convencem que, na Kabília, tudo reforça tudo, e tampouco convenceram o próprio Bourdieu, depois de algum tempo, quando ele começou a perceber as ambigüidades da prática e as incoerências entre as esferas distintas da vida, o que significavam que a cultura Kabyle não podia ser resumida na beleza geométrica de uma estrutura unitária (cf. 1980, p. 21-41). Além das incoerências entre estruturas distintas, os atores com pontos de vista diferentes percebem e usam as mesmas estruturas de maneira distinta. Por exemplo, as estruturas - da casa, do calendário agrícola, das atividades cotidianas - podem aparecer bem diferentes dos pontos de vista feminino e masculino.

Com sua idéia de *doxa*, ou a naturalização das arbitrariedades do mundo social em situações de perfeita correspondência entre o *habitus* e as estruturas, porque o *habitus* é produto dessas mesmas estruturas, parece que Bourdieu limita as possibilidades para a mudança social às sociedades complexas e às situações extraordinárias de contato intercultural – como a chegada de Capitão Cook a Havaí, estudado por Sahlins (1990), ou as migrações da Kabília para a França, estudadas por Abdelmalek Sayad (1998), um dos maiores alunos e colaboradores de Bourdieu. Mas ocorrem pequenas transposições do *habitus* o tempo todo porque as situações da ação nunca são exatamente iguais, o que implica que o encaixe entre estrutura internalizado (o *habitus*) e o mundo não pode ser perfeito. Por isso, as transposições do *habitus* necessariamente implicam a criatividade e a possibilidade de mudanças, por pequenas que sejam (Sewell 1992). As transposições do *habitus* podem resultar em mudanças nas estruturas sociais ou simbólicas ou mudanças no próprio *habitus*. A

tendência para mudança é mais forte quando os atores transpõem os esquemas de uma esfera institucional para outra.

No esquema de análise introduzido por Sewell (2005), as ações e pensamentos que saem da rotina são denominados “rupturas”. As rupturas muitas vezes aparecem nas interseções de estruturas com lógicas distintas, por exemplo estruturas ideológicas e estruturas políticas. Também podem resultar de erros, de causas externas (como a chegada de Capitão Cook a Havaí), ou simplesmente da capacidade criativa do ser humano. As rupturas põem as estruturas em risco, mas a grande maioria delas não resulta em mudanças estruturais porque a ação é ignorada e localizada, a ameaça é contida, o rebelde é reprimido ou o desviante é controlado e estigmatizado.

Um evento, que é uma ocorrência que resulta em mudanças estruturais, é muito mais provável quando uma ruptura repercute em uma série de rupturas em outros contextos estruturais. Por exemplo, a crise no regime escravista no Brasil que levou à abolição final envolveu o reforço mútuo entre pelo menos quatro rupturas (cf. Machado 1994; Mattos 1998). Primeiro, houve uma série de mudanças nas leis, promovidas pela monarquia, que contrariavam a lógica da dominação escravocrata. O fim do tráfico em 1850 limitou, depois de algum tempo, a capacidade dos senhores manipularem as divisões entre africanos e crioulos para controlar os escravos. A Lei Rio Branco de 1871, além de sinalizar o futuro fim definitivo da escravidão com a liberdade do ventre, institucionalizou o direito de comprar a alforria, o que restringiu as possibilidades dos senhores usarem promessas de alforria para incentivar a obediência e a subserviência. A proibição do açoite em 1886 arrancou o instrumento “pedagógico” e “corretivo” mais básico das mãos dos senhores e seus agentes.

Segundo, a concentração crescente da escravaria nas grandes fazendas do Sudeste - decorrente em parte do fim do tráfico - quebrava a solidariedade entre grandes fazendeiros, de um lado, e pequenos agricultores e a classe média, de outro, porque estes possuíam cada vez menos escravos. Terceiro, havia a agitação cada vez mais aberta e radical de abolicionistas, que angariou bastante apoio no âmbito urbano porque a escravidão urbana era cada vez mais restrita. Quarto, e finalmente, todas as rupturas arroladas acima encorajavam a resistência dos escravos, que fugiram e se sublevaram cada vez mais na década de 1880, sobretudo na Província de São Paulo, assustando os escravocratas e os políticos com o espectro da revolução e finalmente inviabilizando a disciplina em muitas fazendas. O ponto mais importante aqui é que foi a seqüência de rupturas, e as relações catalisadoras entre elas, que causou uma crise cada vez maior no cerne da escravidão e forçou a abolição final.

A duração de um evento engloba a série de rupturas que contribuem de maneira

essencial para a mudança focalizada. Olhando em retrospecto, podemos dizer que evento “abolição” durou do fim do tráfico até pelo menos 1888.

Os eventos efetuam várias formas de mudança nas estruturas. Uma das mais fundamentais é mudança na lógica da causalidade. Isso acontece porque os eventos mudam os significados das categorias. Por exemplo, Sewell aponta que o significado e as conseqüências de pertencer à categoria “aristocracia” mudaram radicalmente em decorrência da Revolução Francesa. O que antes era um atributo positivo, fonte de privilégios, virou um defeito. Podemos dizer o mesmo a respeito dos significados da categoria “burguês” antes e depois da Revolução Cubana. Os eventos também mudam a disponibilidade de recursos para grupos distintos.

A direção das mudanças é, em grande medida, imprevisível, devido principalmente à complexidade da interação, ao longo do tempo, entre lógicas estruturais distintas. Os deputados que votaram no Lei Rio Branco, por exemplo, certamente queriam promover uma transição para o trabalho livre ordenada e gradual, mas contribuíram para o posterior surgimento da rebeldia escrava porque não previam as conseqüências posteriores da lei para as relações de poder nas fazendas.

No esquema de Sewell, os eventos se ligam entre si ao longo do tempo via suas conseqüências estruturais. Rearranjos nas estruturas sociais e simbólicas, e mudanças no habitus dos atores, criam as condições para eventos posteriores.

#### **A PROVOCAÇÃO DE HAYDEN WHITE**

Não podemos ficar totalmente sossegados com esta defesa da narrativa como método de análise. Ainda existe o que podemos chamar de o “desafio Hayden White” à escrita da história. Será que os historiadores, e os cientistas sociais que escrevem sobre temas históricos, são somente romancistas ingênuos, com pouca consciência dos artifícios narrativos que manipulam?

Em um nível, White (1992) já foi bem respondido por Roger Chartier (2002), que enfatiza que a prática da história, ao contrário da literatura, envolve procedimentos de pesquisa e de verificação que limitam as narrativas aceitáveis de maneira muito mais rigorosa do que na literatura. A avaliação crítica da narrativa histórica não diz somente respeito à sua coerência interna, mas também à sua coerência com os vestígios da vida passada disponíveis – as fontes de todos os tipos. Os historiadores têm procedimentos, controlados pela comunidade científica, para o uso das fontes na construção de narrativas; é inaceitável um historiador inventar fontes ou deliberadamente desconsiderar fontes que contradizem a linha

interpretativa que prefere.

Entretanto, a crítica de White ainda incomoda. A História, e as Ciências Humanas de maneira geral, não podem provar suas narrativas rigorosamente. Como Michel de Certeau (1982) observa, precisamos nos satisfazer com a verossimilhança. Sempre é possível produzir mais de uma interpretação narrativa do mesmo conjunto de fontes. Como podemos escolher entre as narrativas possíveis?

Para White essa escolha depende de nossos preconceitos e preferências culturais, e seria melhor os historiadores fazerem tais escolhas conscientemente e não ingenuamente, como acontece na grande maioria dos casos. Acreditando ou não que as maneiras de apreender o mundo podem ser reduzidas a quatro tropos básicos – e continuo cético a respeito deste aspecto do seu trabalho – precisamos nos indagar seriamente sobre os critérios que nos levam a perceber uma narrativa como satisfatória e outra como deficiente. Acredito que os pressuposições e preconceitos intelectuais influenciam bastante no tipo de narrativa histórica considerado convincente por historiadores e sociólogos de escolas de pensamento distintas. Para muitos durante a predominância marxista dos anos sessenta e setenta, uma narrativa satisfatória relacionava o objeto de estudo com os interesses de uma fração ou outra da classe dominante ou com lutas de classe. Com a atual preeminência da história cultural, há uma tendência de se satisfazer com narrativas que traçam as ligações entre o fenômeno abordado e os discursos ou esquemas de categorização de determinado grupo. Podemos multiplicar os exemplos: feministas podem desconsiderar vários aspectos da realidade, mas geralmente não se sentirão satisfeitas (ou satisfeitos) até saber o papel das mulheres e das relações de gênero na história contada. Muitos historiadores econômicos e demográficos acreditam que taxas de inflação ou de mortalidade são mais reais que estruturas simbólicas e mentais, e desprezam narrativas que atribuem força causal a fenômenos culturais.

Para aqueles que concebem a vida intelectual como uma série de duelos entre abordagens distintas, ou uma maneira de promover os interesses políticos de um grupo ou outro, pouco importa que os critérios para a plausibilidade das narrativas histórica mudam com as mudanças na cultura intelectual; o que importa é a polêmica, não a pesquisa. Mas para aqueles que acreditam que a pesquisa serve para aprender algo novo a respeito do mundo social, no presente ou no passado, e para reexaminar nossas próprias pressuposições, a multiplicidade de narrativas possíveis a partir das mesmas fontes deve incomodar.

Acredito que a única maneira de controlar nossos preconceitos é uma boa dose de autocrítica, o exame das maneiras em que nossas preferências ideológicas e intelectuais – e a cultura intelectual predominante no momento – influenciam que tipos de narrativas

percebemos como convincentes e satisfatórios. Para o White, a escolha entre estilos narrativos é essencialmente arbitrária, e a única maneira de distinguir entre escritos bons e ruins é pela coerência interna e a destreza com que o escritor maneja o estilo. Mas o historiador ou cientista social pode, e deve, recorrer ao mundo para avaliar as narrativas históricas. Identificando os preconceitos de nossa cultura intelectual, podemos refletir sobre os pontos cegos nas abordagens predominantes, os aspectos da história sistematicamente desconsiderados nas narrativas que geralmente achamos satisfatórias hoje. Voltando às fontes, ou encontrando novas fontes, podemos buscar sistematicamente os eventos e atores excluídos das nossas narrativas. Em parte este projeto é idêntico ao de incluir novos (para o historiador) atores e novas vozes, mas é mais do que isso. Também implica incluir novos aspectos da realidade social, e pode envolver a recuperação de certas ênfases de abordagens mais antigas, hoje consideradas “ultrapassadas” em um campo intelectual muitas vezes movido por modismos.

Por exemplo, na sociologia histórica das migrações estamos condicionados, hoje, a procurar redes sociais. Segundo a abordagem predominante, a decisão de migrar, a escolha do destino e a integração no novo local são todas organizadas e condicionadas pelas redes de familiares e conhecidos. Mas essa busca pelas redes muitas vezes nos impede a perceber que existem alguns indivíduos e famílias que migram justamente para escapar das suas redes existentes e querem recomeçar a vida em algum lugar onde não são conhecidos, ou são conhecidos por poucos. Os motivos podem ser a fuga do serviço militar, problemas com a polícia, brigas entre irmãos, a vontade de abandonar a família, a perseguição política ou a fuga de diversos tipos de vergonha, deshonra ou humilhação no local de origem.

Acredito que o progresso nas ciências humanas históricas decorre em grande parte do exame de processos, eventos e atores desconsiderados nas narrativas predominantes no nosso meio intelectual e a conseqüente elaboração de novas narrativas. Não podemos nos aproximar cada vez mais à verdade absoluta - porque existem várias verdades, mas pelo menos podemos chegar a interpretações mais complexas e multifacetadas.

#### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

ABBOTT, Andrew. "A primer on sequence methods." *Organization Science*, v. 1, n. 4, p. 1-18, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

- \_\_\_\_\_. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.), *Usos & abusos da história oral*, 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, trad. M. L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
- CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In CHARTIER, R., *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude*, trad. P. C. Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*, trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*, trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro e São Paulo: UFRJ/ EDUSP, 1994.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In T. H. Marshall, *Cidadania, classe, e status*, trad. M. P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MOORE, Barrington Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, trad. M. L. F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração, ou os paradoxos da alteridade*, trad. C. Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEWELL, William H. Jr. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.
- \_\_\_\_\_. Three temporalities: toward an eventful sociology. In T. J. McDonald (org), *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais: Análise comparativa da França, Rússia e China*, trad. F. Murta. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, trad. J. L. Melo. São Paulo: EdUSP, 1992.